AULA 02 - UNIGAMA – DIREITO ADMINISTRATIVO I

1. Em todos os ramos da ciência do direito, o estudo dos princípios se constitui tema imprescindível para o adequado entendimento e aplicação da matéria. Todos os poderes devem observar os princípios da administração pública no exercício das suas atividades administrativas em todas as esferas do governo. Em relação aos princípios da administração pública, assinale a alternativa que representa CORRETAMENTE o princípio que determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
   A. IMPESSOALIDADE
   B. FINALIDADE
   C. MORALIDADE
   D. PUBLICIDADE
   E. LEGALIDADE

2. Dentre os princípios constitucionais expressos, tem-se como correta a seguinte conceituação:
   A. legalidade é hierarquicamente superior aos demais princípios para a manutenção da segurança jurídica.
   B. impessoalidade traduz a ideia de transparência e divulgação de atos administrativos em veículo de imprensa oficial.
   C. publicidade perfaz a ideia de não prejudicar ou beneficiar agentes públicos ou pessoas privadas na atuação da administração pública.
   D. eficiência foi introduzida no sistema constitucional brasileiro para garantir que não ocorra desvio de conduta por parte dos gestores públicos no cumprimento da lei.
   E. moralidade está relacionada aos aspectos de decoro, atuação segundo preceitos éticos do administrador público.

3. No tocante às regras deontológicas no serviço público federal, é manifestação de quebra do princípio da impessoalidade:
   A. o atendimento célere à pessoa do grupo prioritário, diante de um cenário de alta demanda de realização de certo serviço público.
   B. o cumprimento da solicitação de uma demanda do superior hierárquico, em detrimento dos demais servidores lotados na unidade.
   C. a impossibilidade de substituição de um servidor que inicia o processo administrativo, mesmo nas férias dele.
   D. a priorização na realização de serviços públicos a partir de critérios íntimos de animosidade, simpatia e amizade.